

O *ETHOS* E A VERDADE SOBRE O EU NA RETÓRICA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Melliandro Mendes Galinari*

Juliana Couto Santos**

Resumo: No campo dos estudos da linguagem, a análise do *ethos* tem sido bastante discutida e praticada no sentido de ressaltar a dimensão persuasiva dos discursos. Neste artigo, interrogamo-nos sobre *como*, de fato, a enunciação de um texto confere à sua instância de produção um “caráter”, para além da análise estrita de dados linguístico-discursivos, o que implica levar em consideração, durante a investigação, o auditório, seus valores e sua conjuntura cultural. Para tanto, partimos da análise do discurso da *Frente Parlamentar Evangélica* – FPE – atuante no Congresso Nacional Brasileiro, valendo-nos de textos presentes no primeiro exemplar de sua Revista. Esse procedimento é viabilizado, primeiramente, por uma reflexão sobre o *ethos* a partir da Retórica Sofística, representada, aqui, por Protágoras. Num segundo momento, tais reflexões são postas em prática para apreender como os textos da citada Revista poderiam, possivelmente, acarretar em “imagens de si” diferenciadas da FPE, a depender de três conceitos sofisticos: a *doxa* (“saberes partilhados”), o *kairos* (“momento oportuno”) e o *nomos* (“regras” e “padrões” socioculturais). Com isso, chegamos à conclusão de que o *ethos* é algo de relativo, e que seu acabamento final num processo enunciativo é dado *em perspectiva*, ou seja, pela influência retórica desses três fatores.

Palavras-chave: Retórica. Sofística. Discurso. *Ethos*. Frente Parlamentar Evangélica.

Abstract: In the field of language studies, the analysis of *ethos* has been much discussed and practiced in the sense of highlighting the persuasive dimension of discourses. In this paper, we ask ourselves *how*, in fact, the enunciation of a text gives a “character” to its production instance that is beyond the strict analysis of linguistic-discursive data, implying in taking into account the auditorium, their values and their cultural environment. In order to accomplish this, we apply the discourse analysis of the *Evangelical Parliamentary Front* - EPF - active in the Brazilian National Congress, relying on texts presented in the first copy of its magazine. This procedure is made possible primarily by a reflection on the *ethos* from the Sophistic Rhetoric, represented here by Protagoras. Secondly, such reflections are used to understand how the texts from the mentioned magazine could possibly result in “images of themselves” distinguished from EPF, depending on three sophistic concepts: the *doxa* (“shared

* Professor Doutor do Departamento de Letras, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, Minas Gerais, Brasil, melliandro@yahoo.it

** Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP, Mariana, Minas Gerais, Brasil, julianacoutosantos@hotmail.com

knowledge”), the *kairos* (“opportune time”) and *nomos* (sociocultural “rules” and “standards”). Thus, we conclude that the *ethos* is something relative, and that its finishing in a declarative process is put *into perspective*, that is, by rhetorical influence of these three factors.

Keywords: Rhetoric. Sophistic. Discourse. *Ethos*. Evangelical Parliamentary Front.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2003, no Congresso Nacional, um grupo de políticos evangélicos instituiu, oficialmente, a chamada *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE). A cerimônia de fundação aconteceu no Plenário Ulysses Guimarães, na câmara dos deputados, com um auditório de aproximadamente 300 pessoas pertencentes a diversas agremiações religiosas. Esse evento inaugural ocorreu em uma data simbólica, uma vez que era comemorado o Dia Nacional de Missões Transculturais. Naquele momento, a FPE contava com 58 deputados federais e 3 senadores, o que totalizava 61 parlamentares. Uma das primeiras medidas da FPE foi criar o GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos –, que teria por objetivo auxiliar o trabalho da recém criada agremiação. Logo depois, surgiram as Comissões Especiais, compostas pelos próprios parlamentares, com a finalidade de votar a favor ou contra projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Atualmente, a FPE possui um site¹, uma Revista e um Jornal, ou seja, mecanismos de comunicação que ultrapassam o funcionamento interno do Congresso Nacional, voltando-se, também, para a difusão e justificação de ideias junto à sociedade civil. Foco principal deste artigo, o primeiro exemplar da Revista da FPE, datado de novembro de 2004, se mostra amplo e diversificado: além de notícias variadas, nele encontramos diversas informações sobre a instalação da Frente, como a divulgação de seus membros e informes sobre os Estados brasileiros que já haviam aderido às FPEE’s (Frentes Parlamentares Evangélicas Estaduais). A Revista, assim como o *site*, é constituída pelas falas de parlamentares (filiaados ou não à FPE), que ressaltam e legitimam a importância da criação da nova instituição, assim como seus principais objetivos e propostas².

Poderíamos dizer que, com a instauração da FPE, os políticos evangélicos passariam, independentemente de seus partidos (PSDB, PT, PMDB, PL, PTB etc.), a promover uma

¹ <http://www.fpebrasil.com.br>

² Os objetivos da FPE, segundo a própria instituição, podem ser vistos nos anexo 1 e 2 deste artigo.

mobilização organizada dentro de um mundo que jamais os pertenceria num Estado verdadeiramente laico: a esfera político-institucional. Com esse propósito, houve, ainda, a designação de um culto semanal realizado todas as quartas-feiras das 08h30min às 9h45min da manhã, também aberto ao público. A cerimônia acontece, frequentemente, em um dos Plenários da Casa Legislativa, sendo realizada pelos próprios deputados da organização religiosa. Para Duarte (2012, p. 56-57), “a promoção de tais cultos (...) foi uma ‘estratégia’ adotada pelos fundadores da FPE a fim de criar um tempo e espaço ritual nos quais os deputados evangélicos ‘unidos’ pudessem tornar as demandas religiosas, realizações concretas no Parlamento”. A autora nos mostra, ainda, que os cultos seriam mecanismos utilizados pelos políticos para vislumbrar e ratificar alianças:

é neste sentido que estes rituais de ‘louvor’ permitem que a FPE exerça a fusão [união entre os irmãos e filiações e adesões políticas], a repetição [do discurso da missão política dos evangélicos de prover ‘boas safras’ para a Nação] e a rigidez [da crença e do posicionamento a favor da moral e dos bons costumes]. (PEIRANO, 2003, p. 47 *apud* DUARTE, 2012, p. 63)

Diante do que foi apontado, pode-se dizer que a FPE tem se mostrado uma instituição atuante no cenário político brasileiro, sendo representada por parlamentares de partidos variados e denominações diversas. Em comum, sustentam um projeto de sociedade para o país, de cunho moral-religioso, interferindo em temas polêmicos/importantes, tais como projetos de lei, aborto, sexualidade, família etc. Além disso, a Frente conta com mecanismos de comunicação significativos (um *Site*, uma *Revista* e um *Jornal*), que justificam e dão visibilidade à sua atuação no congresso, ajudando a construir a sua imagem discursiva, o seu caráter e a sua missão.

A partir do quadro acima esboçado, o presente artigo destaca, como problema relevante, a temática das “imagens de si” (institucionais) que as agremiações políticas (partidos ou outros agrupamentos) constroem para fins de sua legitimação diante de possíveis auditórios, o que nos remete à antiga ceara do *ethos*. Nessa perspectiva, uma questão teórica pertinente seria indagar se a análise dos dados linguísticos presentes em um texto (ou *corpus*) seria suficiente para a apreensão dessa prova retórica: o argumento “*ethico*”. Haveria, por assim dizer, uma *verdade objetiva* sobre o *eu* já presente na materialidade discursiva? Esse caráter (forjado) pode ser (re)formatado pela leitura ou pela escuta de um auditório concreto, acarretando em “imagens de si” não previstas pela instância de produção do discurso?

Sem perder de vista esses problemas, o presente artigo objetiva apreender algumas dimensões retóricas do *ethos* da FPE no momento de sua fundação, dada a importância simbólica dos discursos fundadores para a caracterização de seus personagens, projetos e instituições. Para cumprir tal meta, selecionamos dois textos presentes no primeiro exemplar da *Revista da Frente* (anexos 1 e 2), uma vez que ali se encontram, justamente, os “informes” sobre o surgimento dessa nova instituição, assim como alguns esclarecimentos sobre a sua “missão” na esfera política. Antes da análise propriamente dita, apresentaremos, logo abaixo, algumas reflexões acerca do *ethos*, (res)significando-o a partir de alguns princípios sofisticos vinculados à filosofia de Protágoras de Abdera. Acreditamos que tal via de especulação, ainda pouco usual na abordagem do assunto, contribuiria para um entendimento ainda mais profundo acerca das “imagens de si” na atualidade, além de estabelecer, aqui, os nossos pressupostos teóricos.

O ETHOS À LUZ DE PROTÁGORAS: DAS VERDADES SOBRE O EU

O interesse principal em Protágoras para a compreensão de uma das mais conhecidas provas retóricas – o *ethos* –, reside, essencialmente, nas suas reflexões sobre a *verdade*, que põem em relevo a polivalência do sentido e a sua determinação por parâmetros situacionais. Acreditamos que tais reflexões podem ser canalizadas para uma compreensão mais profunda acerca das imagens de si, principalmente se nos perguntamos, assim como já se perguntou sobre as coisas e os eventos mundanos, se existiria uma verdade sobre o *eu* passível de ser espelhada pelo discurso. As possíveis respostas, a nosso ver, acrescentam à compreensão do *ethos* o primado do *perspectivismo*, muito caro ao pensamento sofisticos.

A complexidade das especulações de Protágoras nos revela que a verdade é algo de relativo, uma vez que os discursos (ou *logoi* sociais) dependem, se nos valem de uma expressão moderna, da atribuição de sentidos balizada pela *doxa* (“conhecimentos partilhados”), pelo *kairos* (“momento oportuno”) e pelo *nomos* (“regras” e “convenções” de ordem sócio-histórico-cultural). Em uma de suas obras perdidas, denominada *Verdade ou Discursos Demolidores*, podemos notar a densidade do pensamento do sofista, como nos mostra o testemunho de Sexto Empírico:

(...) alguns incluíram também Protágoras de Abdera no grupo dos filósofos que aboliram o critério, porque afirma que todas as aparências e todas as opiniões são verdadeiras e que a verdade é algo de relativo, pois que tudo o

que é aparência ou opinião para um indivíduo existe desde logo para ele. Assim, ao começar os *Discursos Demolidores*, declarou: “O homem é a medida de todas as coisas, das que são que são, das que não são que não são. (SEXTO EMPÍRICO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 78-79)

Esse emblemático trecho nos indicaria, séculos antes das teorias discursivas contemporâneas, que o *logos* adquire essa ou aquela força persuasiva sob o impacto de elementos que ultrapassam a superfície aparente dos textos, a saber, a interpelação dos interactantes por fatores dóxicos (crenças, opiniões, valores partilhados) e pelo *kairos* (o momento oportuno ou ocasião propícia). Nessa perspectiva, em última análise, as coisas reportadas pelo discurso (o eu, o mundo ou os acontecimentos) só *são* ou *não são*, ou melhor, só adquirem um sentido x ou y, em função do *homem-medida*: essa instância concreta que julga, avalia e interpreta a tudo e a todos em função dos seus modos de adesão a padrões socioculturais (o *nomos*). Isso coloca em relevo o papel central das subjetividades dos sujeitos, viabilizadas, por sua vez, por elementos *dóxicos* de várias ordens. Curiosamente, até mesmo o testemunho de Platão (*Crátilo*), conhecido como o grande detrator dos sofistas, nos conduz a constatações do gênero. De acordo com esse pensador, Protágoras sustentava que “(...) o homem é a medida de todas as coisas, tal como as coisas me parecem ser, assim elas são para mim; tal como elas te parecem a ti, assim elas são para ti” (PLATÃO *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 70).

É nesse ponto que o pensamento de Protágoras inaugura um certo *perspectivismo*, constatando que a verdade sobre um fato não poderia se dar de modo natural, uma vez que tudo estaria à mercê de pontos de vista, ou seja, de perspectivas e de olhares culturalizados sobre a realidade. À medida que as coisas teriam dois lados e os dois seriam verdadeiros, a depender das perspectivas possíveis e dos pontos de vista em conflito, caberia ao orador/cidadão adentrar pelos caminhos sinuosos da retórica. Em função de um *kairos* particular (circunstância oportuna) e da *doxa* (saberes partilhados), o problema não seria definir qual dos argumentos seria “verdadeiro” ou “falso” (em essência), mas, sim, articulá-los dialeticamente, especulando sobre qual deles seria o mais “forte” ou o mais “fraco”, em função do preferível e do desejável democraticamente.

Essa prática foi erroneamente interpretada pela tradição platônico-aristotélica, que taxava tal *perspectivismo* como um relativismo cínico, pelo qual a verdade absoluta se via desviada constantemente por meros exercícios oratórios. Segundo Sousa e Pinto (2005, p. 57), isso acontecia porque, antes da conjuntura que viu nascer os sofistas, “(...) as coisas

perspectivavam-se no âmbito da problemática epistemológica do conhecimento verdadeiro” e, também, “(...) à luz da preocupação de salvaguardar o princípio da não contradição, condição *sine qua non* da ontologia e da ciência”.

No entanto, há que se compreender que a Sofística, no contexto da democracia ateniense de Péricles, foi responsável por deslocar as especulações mundanas do plano da *physis* (“ciências da natureza”) para o plano do *nomos* (“convenção/cultura/sociedade”). As questões concernentes à moral e à política, inevitáveis quando o assunto é o pensamento do século V a. C. e a formação das novas diretrizes do Estado grego, estão necessariamente ligadas à referida antítese. É somente nessa passagem gradual da *physis* ao *nomos* que se poderia compreender o pensamento sofístico e o seu modo particular de lidar com o conhecimento. As especulações filosóficas centradas na *physis* teriam sua raiz nos pensadores pré-socráticos, os quais, “(...) pode-se perfeitamente dizer, estiveram preocupados com a natureza da realidade e sua relação com fenômenos sensíveis” (GUTHRIE, 1995, p. 10). A *physis* estava intrinsecamente ligada à ordem da natureza e da transcendência divina. As reflexões e os conhecimentos centrados nesse pólo se ocupavam predominantemente do estudo do cosmos, da medicina, da fisiologia, o que corresponderia, *grossissimo modo*, ao escopo das ciências exatas e biológicas na atualidade, em sua versão positivista. Dentre os filósofos pré-socráticos representantes desse pensamento, podemos citar, como exemplo, Tales de Mileto, Heráclito de Éfeso, Pitágoras, Parmênides, dentre outros (guardadas as suas devidas diferenças). Podemos dizer, de certa forma, que a crítica posterior de Platão à Sofística se baseava, em parte, nesse legado filosófico.

As especulações em torno do *nomos*, por sua vez, pólo de reflexão dos sofistas, estavam ligadas aos acontecimentos da vida social, encarados como produção do próprio homem. É nesse sentido que aqueles pensadores foram, muitas vezes, considerados como os primeiros humanistas: por instituírem, como âmbito especulativo, o plano das convenções e das regras culturalmente instituídas da vida em sociedade. Isso desde o seu progresso e adaptação durante os séculos até chegar ao convívio organizado, passando pela criação de um Estado, no qual os próprios indivíduos, culturalmente arraigados, seriam os responsáveis pelas leis, em função do preferível e do desejável. No campo das ideias ligadas ao *nomos*, o conhecimento e a apreensão da realidade humana (e não mais a “natural”) se davam não pela captação de uma suposta verdade inerente às coisas, mas, sim, por convenções socioculturais acompanhadas pelo uso da linguagem.

Voltando ao pensamento de Protágoras, torna-se pertinente ilustrá-lo, ainda mais, com o auxílio de uma obra denominada *Duplos Discursos* (*Dissoi Logoi*), texto sofístico que foi

encontrado entre os manuscritos de Sexto Empírico, mas de autoria ainda desconhecida. Mesmo diante da possibilidade de tal obra não ser de Protágoras, acredita-se hoje, de modo consensual, que pertence originalmente a algum sofista e que poderia representar, por similitude, o pensamento do filósofo em questão. Vejamos um pequeno trecho em que os *Discursos Duplos* especulam sobre o que seria o “justo” e o “injusto” na *polis*, chegando à conclusão de que uma verdade absoluta seria inviável diante das perspectivas em confronto:

[*Dissoi Logoi* – Duplos Discursos ou Discursos Contraditórios]

4. Do justo e do injusto

(1) Também se proferem duplos discursos sobre o justo e o injusto. Uns defendem que uma coisa é o justo e a outra coisa o injusto; outros dizem que justo e injusto são o mesmo. Quanto a mim, tentarei defender este último argumento. (2) E, em primeiro lugar, direi que é justo dizer mentiras e enganar. Dir-se-ia que fazer isto aos inimigos é [decente e justo] e é vergonhoso e perverso fazê-lo [aos amigos]. [Mas como é que é justo fazê-lo aos inimigos] e não aos mais amados? Por exemplo, aos pais: se o pai ou a mãe precisarem beber ou ingerir um medicamento e não quiserem, não é justo dar-lho na comida ou na bebida e não dizermos que se encontra aí? (3) Por conseguinte [é justo] mentir e enganar os pais. E é justo roubar o que pertence aos amigos e exercer a violência sobre os mais amados. (4) Por exemplo, se um dos familiares, abatido e transtornado por qualquer motivo, estiver prestes a matar-se com um punhal ou com uma corda ou com qualquer outro instrumento, é justo roubar-lhe esses utensílios, se possível, ou se se chegar demasiado tarde e já tiver o instrumento na mão, não é justo arrancar-lho à força?” (DISSOI LOGOI *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 291-292)

O que esse texto nos mostra é que, de certa forma, as coisas só *são* (ou *não são*), ou seja, produzem o seu sentido de uma forma ou de outra, em função de circunstâncias oportunas (*kairos*), somando-se a isso as variáveis culturais provenientes do *nomos* e da *doxa*, que inevitavelmente atravessam as subjetividades dos sujeitos em interação. Em outras palavras, o texto deixa claro que a verdade, assim como o sentido, se produz apenas em função de elementos contextuais, do nível mais imediato (*kairos*) ao nível culturalmente mais amplo (*nomos*). O texto dos *Duplos Discursos* deixa isso ainda mais claro no fragmento seguinte, no instante em que o autor nos apresenta um poema:

(19) (...) E, ao fazeres esta distinção, verás a outra lei
para os mortais: nada é em todas as circunstâncias nem decente
nem vergonhoso, mas o momento oportuno [*kairos*] toma as coisas
e torna-as vergonhosas e transforma-as e torna-as decentes. (DISSOI
LOGOI *apud* SOUSA e PINTO, 2005, p. 290)

Com a revisitação do pensamento de Protágoras, percebeu-se que a prática de argumentar por lados antagônicos sobre um mesmo assunto poderia ser encarada de modo mais amplo, sendo eles não mais vistos como contraditórios do ponto de vista estritamente lógico, mas, sim, como *contrários*, isto é, ligados a perspectivas diversas. Pode-se dizer que esse pensamento, por outro lado, seria um reflexo previsível de uma mudança significativa da ordem política pela qual passava o mundo grego. Isso porque, com a efetivação da democracia de Péricles (século V a. C.), criou-se uma conjuntura propícia à manifestação de pontos de vista controversos. Desse modo, as coisas não seriam mais vistas pelo viés do “verdadeiro” e/ou do “falso”: a medida de tudo (o *métron*) passaria a ser o “melhor” e o “pior”, no interior de uma hierarquização de valores. Sendo assim,

não se pode falar das respectivas experiências dizendo que um é ignorante em relação àquilo em que o outro detém a ciência, nem invocar para as qualificar os conceitos de verdadeiro e de falso, uma vez que os saberes de ambos são verdadeiros. (PINTO, 2000, p. 214)

Como podemos perceber, na medida em que se aboliu a antítese verdadeiro x falso, todos os *logoi* circulantes na vida pública passariam a ser potencialmente verídicos (ou *verossímeis*) e, conseqüentemente, chegamos à outra tese de Protágoras: a possibilidade de tornar mais forte o argumento mais fraco. Todas as reflexões de Protágoras teriam total coerência e estariam interligadas entre si se recolocarmos dois elementos fundamentais já mencionados: o *kairos* e a *doxa*. O primeiro estaria ligado ao momento oportuno, ou seja, a uma situação específica, o que inclui também o “senso de oportunidade” (oratória) dos parceiros da troca comunicativa. Segundo Pinto (2000, p. 220), “(...) a atenção às particularidades de uma situação concreta, marcada pelas contingências do ‘aqui’ e do ‘agora’, adquirem a maior importância não só para Protágoras, como para todos os que se ocupam da arte do *logos*”. A *doxa*, por sua vez, diria respeito, como sabemos, a todo o

conhecimento popular acumulado, o senso comum, indexado a uma cultura humana ou *nomos*: “assim, o que se avalia como ‘melhor’ resultaria da invocação pragmática de um padrão, à partida destituído de qualquer fundamentação teórica no plano estritamente cognitivo” (PINTO, 2000, p. 214).

Para Romeyer-Dherbey (1999), o “discurso forte”, ao qual se refere a reflexão protagórica, está intrinsecamente ligado à noção de democracia. É somente o discurso partilhado por todos, ou melhor, endossado não unicamente por um único cidadão (mas por vários), que torna esse argumento algo desejável na negociação característica de toda controvérsia. Nesse sentido,

cada indivíduo é, certamente, a medida de todas as coisas, mas é uma medida muito fraca se permanece só com a sua opinião. O discurso não partilhado constitui o discurso fraco (*bettón logos*); aliás, mal chega a ser um discurso porque dizer é comunicar, e toda a comunicação supõe algo de comum. Quando um discurso pessoal, pelo contrário, encontra a adesão de outros discursos pessoais, este discurso, reforçando-se com todos os outros, torna-se discurso forte (*kreitón logos*) e constitui a verdade. (ROMEYER-DHERBEY, 1999, p. 26)

Notadamente, não se trata, aqui, da verdade absoluta nos moldes de uma visão tradicional calcada na *physis*, mas de *uma* verdade aceitável e preferível dentro da lógica inexata dos valores. Podemos dizer, portanto, que o *kairos*, o *nomos* e a *doxa* seriam parâmetros contextuais que os sofistas já haviam percebido, por exercerem uma força imensa sobre o sentido efetivo/pragmático dos discursos. No mundo moderno, com o surgimento das diversas disciplinas das Ciências da Linguagem, notamos a presença dessas noções – ainda que não nominadas – em algumas terminologias, tais como “condições de produção”, “contexto”, “interdiscurso”, “formação discursiva/ideológica”, “imaginários sociodiscursivos” etc. Frequentemente lemos – é curioso observar –, que, para abordarmos um discurso, faz-se necessário salientar o contexto no qual ele está inserido, atentando-nos para as suas convenções sócio-histórico-culturais mais amplas (o *nomos*?), para a situação imediata da enunciação (o *kairos*?) e para os valores, ideologias (ou conhecimentos) que interpelam os sujeitos em interação (a *doxa*?).

É nessa perspectiva, finalmente, que retornamos ao *ethos* para apreendê-lo, teoricamente, a partir do pensamento de Protágoras. Inicialmente, pode-se cogitar que é

comum a seguinte convicção: analisar as imagens de si é um gesto que se traduz na observação dos “dados objetivos” presentes na materialidade linguística. Isso implica em se verificar, de modo incisivo, o “tom” veiculado pelos textos, detectável no manejo de marcadores enunciativos de várias ordens (dêixis, modalizações, performativos, verbos de atitude proposicional, posicionamentos etc.). Dessa forma, chegar-se-ia, a partir de uma metodologia “eficiente”, a uma boa e exaustiva análise do *ethos*, ou, se podemos acrescentar, a uma *verdade* sobre o *eu* já delineada por uma instância de produção do discurso (ou pelo texto). No entanto – gostaríamos de salientar –, essa tarefa não é tão simples quanto parece, principalmente se inserimos as variáveis *eticas* no âmbito do *perspectivismo* de Protágoras.

Se pensamos em efeitos possíveis – e o *ethos* é um efeito possível –, a sua análise linguístico-discursiva seria apenas uma das etapas do procedimento investigativo. Como *uma* (e não *a*) verdade sobre o eu, como se pode ponderar, a apreensão do *ethos* depende, em última instância, de uma sondagem e/ou especulação acerca da *doxa*, do *kairos* e do *nomos*. Isso apontaria para a necessidade de conjecturar os dados localizados nos textos diante dos valores em circulação, dos parâmetros complexos da situação enunciativa e de fatores socioculturais mais amplos. Por esse viés, um discurso irradiaria concretamente as suas imagens de si, tornando-as algo nocivo ou útil a uma empresa persuasiva, não apenas por aquilo que se vê na análise objetiva empreendida, mas, sobretudo, em função de auditórios possíveis e valores em conflito, o que exige, por parte do analista, uma habilidade de *perspectivar* a análise dos “dados” em função desses parâmetros. A análise do *ethos* não poderia ser, se assim raciocinamos, a busca infalível por um caráter único, verdadeiro, fixo e imutável, mas uma pesquisa humanística por uma variável (*ethica*) em movimento, ou seja, em constantes perspectivas possíveis, ao sabor das subjetividades cambiantes dos sujeitos em interação.

Se o homem é a medida de todas as coisas, ele não deixaria de sê-lo, igualmente, em relação ao *ethos*. Tal postulado deveria levar-nos a interrogar, numa análise, sobre quem são (ou podem ser) os interlocutores do discurso e, mais ainda, quais seriam os seus valores (*doxa*), a sua situação de enunciação (*kairos*) e os seus padrões culturais dominantes (*nomos*). São tais elementos que permitiriam ao auditório, como vimos, *avaliar* concretamente os objetos discursivos a ele apresentados pelo orador e, portanto, conferir ao *ethos* o seu grau de acabamento final, para além (e a partir) dos dados presentes em um determinado discurso. Apenas assim poder-se-ia afirmar, com alguma segurança, quais *ethè* um discurso poderia, pragmaticamente, irradiar como efeito possível. Na visão sofisticada, enfim, o *ethos* seria um

fenômeno em constante perspectiva dentro do “preferível” e do “desejável”, o que o edifica, também, como um discurso “forte” ou “fraco” em relação a uma empresa persuasiva.

O resgate que buscamos esboçar, aqui, das concepções sofisticadas de Protágoras, e seu redirecionamento para a questão das imagens de si, não são estranhos, a nosso ver, às especulações teóricas contemporâneas sobre o *ethos* no âmbito da Análise do Discurso, embora tal conexão (entre a AD e a Sofística) não tenha sido ainda substancialmente construída. Esse esquecimento se deve, obviamente, à hegemonia ofuscante da tradição aristotélica na produção de conhecimentos sobre a Retórica, estendida aos estudos argumentativos modernos, realocados por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002). Diante de tratados consagrados e mais difundidos como esses, resulta que, em AD, o caminho de reflexão pela Sofística é raramente trilhado, e é nesse sentido que trazemos a público o presente trabalho.

A título de ilustração de uma possível conexão, podemos citar as colocações de Amossy (2008) acerca da apreensão do *ethos* no quadro da Análise do Discurso. Para a autora, o *ethos* não é exclusivamente languageiro, ou seja, não depende tão somente das imagens de si produzidas estritamente pelo discurso, mas é determinado, também, por mecanismos sociais e por posições institucionais ocupadas pelos parceiros envolvidos na interação. Unindo as formulações sociológicas de Bourdieu (pelas quais a força da palavra não reside em sua materialidade linguística, mas em um poder social/institucional externo ao texto) às contribuições da Pragmática (que figuram o *ethos* como um fruto de elementos internos ao enunciado), a autora nos apresenta algumas ponderações que vem ao encontro do conteúdo desenvolvido acima.

Embora com outras palavras e fontes bibliográficas, Amossy (2008) reforça a importância da *doxa* (representações partilhadas) no entendimento da argumentação, das imagens que o orador e o auditório fazem um do outro, assim como dos quadros situacionais e institucionais das trocas simbólicas. Tudo isso, em conjunto com os “dados” apresentados pelo discurso (*em si*), configura-se como uma rede de parâmetros indissociáveis e interdependentes para a apreensão do *ethos*. Nesse sentido, *grosso modo*, o acabamento final do argumento *ethico* é recuperado, em última instância, a partir do cotejamento entre o chamado *ethos prévio* (imagens sociais/institucionais do orador [já conhecidas]) e o *ethos discursivo* (imagens construídas no presente da enunciação). A partir de tudo isso, deixamos em aberto, no quadro da AD, um possível caminho para se pensar a argumentação a partir de uma conexão com a Sofística. Na seção abaixo, buscaremos ilustrar as reflexões teóricas aqui desenvolvidas com a análise de um discurso recente no contexto da política brasileira.

O *ETHOS* DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: MISSIONÁRIOS OU APROVEITADORES?

Neste momento, buscamos ressaltar o *ethos* da Frente Parlamentar Evangélica a partir do primeiro exemplar de sua Revista, publicada em 2004, pouco depois da FPE ser implementada institucionalmente na casa legislativa (setembro de 2003). Desse instante fundador, o presente artigo trará apenas dois textos da Revista (em anexo): a “Palavra do Presidente” (anexo 1), presente na página 03 do referido veículo, e o texto intitulado “Frente Parlamentar Evangélica define o GAPE” (anexo 2), situado à página 06, onde se encontra, também, o subtítulo “Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE”. Como se poderá notar, tais textos destinam-se, sobretudo, a apresentar a fundação da Frente (assim como a da Revista), destacando os seus intentos e o seu obstinado empenho (político-moral) nas causas de Cristo. Vejamos, então, como alguns dados linguístico-discursivos dos textos nos indicariam o *ethos* da FPE.

A organização da dêixis (os pronomes pessoais) já funcionaria como uma primeira chave de leitura: o anexo 1 se organiza, enunciativamente, em torno das formas singular e plural da primeira pessoa (“eu/nós”), marcando claramente o interlocutor (“lhe/você”):

é com elevada honra que lhe apresento o primeiro exemplar da Revista da Frente Parlamentar Evangélica. Meu desejo é que você conheça o trabalho que os nostros deputados e Senadores estão realizando no Congresso nacional e juntos glorifiquemos ao Senhor nosso Deus...

Nosso trabalho tem se fundamentado na união entre os parlamentares...

Nota-se que o manejo das primeiras pessoas, direcionadas abertamente a um “tu” (“você”), acaba criando uma atmosfera intimista e de proximidade em relação ao público alvo. Nesse sentido, uma imagem de instituição benevolente e preocupada com o seu interlocutor/eleitor dá início à edificação de um caráter (*ethos*) que, além de tudo, se mostra solidamente unido, coeso e laborioso (“nosso trabalho”, “união entre os parlamentares”). É nessa atmosfera otimista que o sentimento de união é celebrado pelo Deputado Adelor Vieira, que “convida” a segunda pessoa – o interlocutor (“você”) – a se integrar nessa esfera coletiva de marcha política para Cristo. Com o uso do “eu/nós”, enfim, congrega-se e valoriza-se, com

alto grau de passionalidade, a união de todos os evangélicos dentro de um “convívio amigável, respeitoso e fraterno”, como é salientado nas linhas finais.

As peças desse “quebra-cabeça”, ou seja, do *ethos*, se superpõem de modo esclarecedor à medida que percebemos a aparição, em conjunto com a primeira pessoa, de *modalidades volitivas* de alta emotividade (“meu desejo é que”, “louvo a Deus”, “glorifiquemos ao Senhor nosso Deus”), e de *modalidades apreciativas* que qualificam o surgimento do novo empreendimento, ou seja, da FPE (“é com elevada honra que lhe apresento”, “pelo privilégio de contarmos”, “grande vitória”, “importantíssimo momento”). O enunciador mostra assim, afetivamente, a sua subjetividade “devota”, a sua “fé” sincera, ao mesmo tempo em que institui a FPE como um marco (*fundador*) de magnânima importância, ao estilo pomposo dos “grandes vultos”, das “grandes datas” e dos “grandes heróis” sagrados pela História. Esses dados, acreditamos, viriam personificar o *ethos* da nova instituição em simbiose com o “eu” do seu signatário maior: o seu Presidente. Assim como o seu líder, a Frente se revela, no início de suas jornadas, plenamente abastecida de vitalidade e energia, ou melhor, empenhada, apaixonada e extremamente envolvida com os seus compromissos, inclusive na forma de *promessas*, como nos mostram os atos de fala embutidos nos verbos abaixo:

para 2005, pretendemos implantar a Frente Parlamentar Evangélica também nos municípios onde houver vereador evangélico. Anualmente faremos realizar a Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos...

Nesse sentido, além da imagem coesa, emocionada e comprometida da Frente, vemos já um outro aspecto do seu *ethos* se insinuar fortemente: o seu caráter expansionista e missionário, isto é, o fervor intervencionista dessa instituição no campo político, uma vez que pretende fincar raízes em todos os rincões possíveis do país. Essa cruzada política revela-nos, pretensamente, uma instituição também abençoada por Deus, à medida em que percebemos o recurso ao discurso direto, presente na citação bíblica (“até aqui nos ajudou o Senhor”). A polifonia também se faz presente com a citação indireta (livre), ou seja, o uso de vozes não marcadas explicitamente (sem aspas), mas facilmente detectáveis pelo manejo de modalidades-clichês (“glorifiquemos ao Senhor”, “louvo a Deus”), típicas dos jargões da discursividade evangélica ou cristã, assim como a citada “defesa da família, da moral e dos bons costumes”. A FPE, assim, se batiza vigorosamente como representante da voz de Deus

intervindo na política, ostentando uma moralidade inabalável, ou melhor, *digna de fé*, se nos lembramos da clássica definição aristotélica de *ethos*.

Passando ao anexo 2, notamos que a organização enunciativa do texto se pauta, um pouco diferentemente do anterior, pelo uso da terceira pessoa, resultando em um discurso construído nos moldes informativos do gênero “notícia de jornal impresso”. Munindo-se dos *efeitos* de objetividade, imparcialidade e isenção característicos desse gênero e dessa estratégia – a terceira pessoa (“ela”, “a Frente” etc.) –, a FPE continua a mostrar, com um estilo mais direto/jornalístico, os seus grandes feitos e a sua missão, forjando um *ethos* heroico e desbravador na política brasileira. Noticia-se de forma cuidadosa, primeiramente, a organização do *GAPE – Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos* –, assim como dos seus *Comitês* e possíveis *Comissões*, o que nos apresenta, *eticamente*, uma instituição organizada e atuante, além de numerosa e expressiva, como já constava no anexo 1 (58 Deputados Federais, 3 Senadores, 61 parlamentares).

Na segunda parte, intitulada “Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE”, notamos que os modos de (auto)apreciação da Frente fomentam-se via um estilo particular e inusitado, se procedemos a uma comparação com as modalidades apreciativas ressaltadas no anexo 1. Mantendo o tom assertivo, percebe-se uma lista de tópicos iniciados por verbos de ação no infinitivo (“acompanhar”, “fiscalizar”, “procurar”, “promover”, “trabalhar” etc.). A partir de certo momento (“ações realizadas”), eles são seguidos por mais e mais tópicos exaustivamente iniciados por nominalizações de verbos semelhantes (“criação”, “discussão”, “debate”, “apoio” etc.). A nosso ver, o carácter semanticamente ativo desses vocábulos, listados energicamente com a mesma regularidade sintática (24 tópicos!), vem emoldurar, mais uma vez, a Frente como uma instituição atuante, enérgica, disciplinada e incansável. Em alguns momentos, o *modo* como a ação verbal é desempenhada ganha também contornos nitidamente (auto)apreciativos. Esse recurso é obtido pela recorrência de orações adverbiais iniciadas por gerúndio (“manifestando-se”, “influindo”, “visando”, “salvaguardando” etc.), que dão às ações verbais desempenhadas pela FPE o seu carácter virtuoso, ético e moral. Dessa forma, ela se mostra sintonizada com atividades que seriam consideradas como as boas políticas públicas, sociais e econômicas, sem perder de vista a Palavra de Deus, a moral e os bons costumes.

Trabalhando pela erradicação do analfabetismo, manifestando-se diante dos aspectos mais importantes das políticas governamentais, influenciando organizadamente nos processos legislativos (etc.), a missão da FPE é finalmente entronizada no final do texto: “influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral

e os bons costumes”. Ao fim dessa pequena análise, chegamos, enfim, à grande pergunta: o que esses dados poderiam nos dizer acerca do *ethos* da FPE? Inequivocamente, estaríamos diante de uma instituição qualificada com diversos atributos, ostentados direta ou indiretamente pela enunciação. A FPE se apresenta, portanto, como uma instância compromissada, promissiva, benevolente, emocionada em sua crença, fiel a Deus, atuante, enérgica, em expansão (missionária), expressiva, numerosa e, enfim, coesa em torno de seus propósitos. Além de tudo isso, a instituição se coloca, ética e moralmente, caracterizada por sua filiação cristã, engajada vivamente nas lutas do povo evangélico e, até mesmo, em lutas de vanguarda referentes a causas sociais mais profundas (erradicação da pobreza, promoção da educação etc.).

Entretanto, pode-se cogitar, tudo isso que se mostrou só *é* ou *não é* algo (*eticamente*) à luz de uma determinada *perspectiva*. Como concluímos no final da seção anterior, não basta (apenas) uma análise exaustiva dos “dados” para chegarmos a uma suposta “verdade” sobre o eu, isto é, ao *ethos* concreto decorrente de uma enunciação. Seria necessário conjectura-los – os “dados” – diante de auditórios possíveis num determinado contexto (*kairos*), numa determinada cultura (*nomos*), num determinado espectro valorativo (*doxa*). Se o *ethos* é um *efeito possível*, tal afirmação só é pertinente graças ao *homem-medida* que, no instante de uma *ocasião propícia*, julga e avalia os discursos a partir da invocação pragmática de um padrão. É nesse sentido que pensamos o *ethos*, sofisticadamente, como um fenômeno em constante perspectiva dentro do “preferível” e do “desejável”, a exemplo dos *Duplos Discursos (Dissoi Logoi)*, podendo vir a ser ora um discurso “forte”, ora um discurso “fraco” (ou, até mesmo, ambas as coisas).

Talvez seja difícil perceber tais pressupostos se encaramos o discurso da FPE, por exemplo, com a *perspectiva* de cidadãos evangélicos que frequentam assiduamente a sua Igreja, que confiam, comungam e votam nos políticos de Cristo, possivelmente sob a indicação de um líder ou pastor. Esse cidadão, que circula, conscientemente ou não, num contexto dóxico estranho aos valores da laicidade, ou ainda, num *kairos* marcado pela simbiose absoluta entre a política e a religião, dificilmente não enxergaria no discurso há pouco analisado o *ethos* divino da “virtude” (salvo possíveis exceções). Esse seria, não se pode negar, *um dos* efeitos possíveis – o “discurso forte” –, coincidente com a nossa análise dos dados, mas, ainda assim, não encerra uma verdade sobre o *eu* institucional resultante da circulação da Revista da FPE.

Se observarmos os dados ressaltados à luz de uma *perspectiva* política diversa – por exemplo, de “esquerda” e/ou “laica” –, provavelmente o acabamento *ético* do discurso seria

destoante da impressão anterior, não obstante se tratem das mesmas informações linguísticas. O anexo 3³, que trazemos apenas a título de ilustração, elucida bem essa outra perspectiva possível, pautada em elementos dóxicos diferenciados, ou seja, em valores característicos de outras circunstâncias oportunas (*kairos*) e de outras perspectivas culturais sobre a política (*nomos*). Trata-se de uma notícia presente no site do *Portal Vermelho* (título que já marca um certo viés de “esquerda”), na qual se diz, com base em informações do *Portal da Transparência*, que os parlamentares da FPE estariam entre os mais “ausentes”, “inexpressivos” e “processados” do Congresso Nacional. Eles são colocados, o que seria mais grave, como personagens que se valem da religião apenas para obterem vantagens pessoais. Nesse sentido, os parlamentares da FPE não são considerados sequer como “evangélicos”, diante do sentido verdadeiro desse vocábulo, que seria “evangelizar”. Questiona-se, sobretudo, a intromissão da religião na esfera política, sobressaindo-se, daí, o engajamento laico da notícia presente no anexo 3.

Queremos ressaltar, com tudo isso, que os mesmos dados por nós analisados ganhariam contornos *eticos* totalmente diferentes se confrontados à perspectiva acima, veiculada pelo *Portal Vermelho*. Na configuração desse outro cenário enunciativo, caracterizado por um auditório diferenciado (situado em outra *doxa*, em outro *kairos*), a FPE se mostra, sobretudo – e até mesmo por querer fazer-se insistentemente justa –, como uma instituição “inexpressiva”, “manipuladora”, “insincera”, “descarada” ou, até mesmo, “corrupta”. Esse “discurso fraco” vem nos mostrar, mais uma vez, que as análises das imagens de si não se restringem apenas à “verdade” contida em dados apreensíveis no texto. Ao analista, portanto, caberia sempre a tarefa delicada de saber especular, em sua investigação, sobre os auditórios possíveis do discurso analisado, sobre seus valores, sua cultura e suas circunstâncias, elementos que, em última instância, conferem ao *ethos* o seu grau final de acabamento. Feitas tais reflexões e análises, passamos, finalmente, às nossas últimas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ressaltar, neste artigo, que a análise de dados linguísticos não é suficiente para a análise retórica do *ethos*. As imagens de si mostradas pelo discurso, assim como no caso das “coisas” e dos “fatos” do mundo, não constituem a realidade em si ou a verdade

³ Acessível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/185635-1>, último acesso em 29 de abril de 2015.

absoluta, e isso se deve, sobretudo, ao fato de a linguagem não ser transparente. Em última instância, o *ethos*, assim como todas as coisas, se encontra à mercê de pontos de vista, ou seja, de perspectivas diversas e de olhares aculturados, aos quais o analista deve estar atento para conjecturar a sua investigação. Como vimos, o acabamento *ethico* de um texto é formatado pelos complexos parâmetros do “preferível” e do “desejável”, critérios subjetivos/culturais que podem fazer, dos mesmos dados linguísticos, ora um discurso forte, ora um discurso fraco.

Como também se viu, buscamos ressaltar que a Sofística, assim como as reflexões de Protágoras, nos apresentam grandes contribuições para o entendimento da Retórica. No entanto, trata-se de um legado ainda pouco (ou nada) explorado pela Análise do Discurso e pelos estudos contemporâneos da linguagem. No caso específico da FPE, notamos, com nossa análise, pelo menos dois efeitos possíveis em termos de *ethos*: a construção de um caráter “virtuoso”, “expressivo” e “honesto”, de um lado, e um caráter “nocivo”, “inexpressivo” e “desonesto”, de outro lado. Se o caso é saber qual imagem seria a verdadeira, tal tarefa deixamos ao leitor.

Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

DUARTE, Tatiane S. A participação da frente parlamentar evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in)vocação religiosa. In: *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul. / Dic. 2012.

GUTHRIE, William Keith Chambers. *Os Sofistas*. São Paulo: Paulus, 1995.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, Maria José Vaz. *A Doutrina do Logos na Sofística*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. *Os Sofistas*. Lisboa: Edições 70, 1999.

SOUZA, Ana Alexandre Alves de; PINTO, Maria José Vaz. *Sofistas: Testemunhos e Fragmentos*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

ANEXO 1

Revista da Frente Parlamentar Evangélica

EXPEDIENTE
A Revista da Frente Parlamentar Evangélica é uma publicação anual da Frente Parlamentar Evangélica, estabelecida no Congresso Nacional em setembro de 2003.

DIRETORIA

Presidente - A.
Deputado ADELOR VIEIRA (PMDB/SC)

Vice-Presidentes
Deputado Pastor PEDRO RIBEIRO (PMDB/CE)
Deputado JOÃO BATISTA (PT/SP)
Deputado Pastor RENALDO (PTB/RS)
Deputado WANDERVAL SANTOS (PL/SP)
Deputado Pastor ALMIR MOURA (PL/RJ)

Secretários
Deputado ZEUNDA NOVAES (PT/BA)
Deputado MILTON CARDIAS (PTB/RS)
Deputado ISAIAS SILVESTRE (PSB/MG)
Deputado LINCOLN PORTELA (PL/MG)
Deputado NELCIVAR FRAGA (PL/ES)

Tesoureiros
Deputado TAKUYAMA (PMDB/PR)
Deputado HENRIQUE AFONSO (PT/AC)
Deputado JOÃO CAMPOS (PSDB/CO)

Vogais
Deputado VALDENOR GUEDES (PSC/AP)
Deputado GILMAR MACHADO (PT/MG)
Deputado RAIMUNDO SANTOS (PL/PA)
Deputado CARLOS RODRIGUES (PL/RJ)

Conselho Fiscal
Deputado GEBERTO NASCIMENTO (PMDB/SP)
Deputado ANDRÉ ZACHAROW (PDT/PI)
Deputado JOÃO MENDES DE JESUS (PSL/RJ)
Deputado NILTON CAPRABA (PTB/RO)
Senador MARCELO CRIVIELLA (PR/RJ)
Deputado AGNALDO MUNIZ (PPS/RO)
Deputado PHILEMON RODRIGUES (PSB/PI)

Suplente
Deputado EDUARDO CUNHA (PMDB/RJ)

JORNALISTA RESPONSÁVEL
JOSIANE LANZARIN SPENGLER
(SC 06975 /PI)

TRAGEM
6.000 exemplares

IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Positiva

CONTATOS
Gabinete do Presidente da FPE - Câmara
dos Deputados - Anexo IV - Gab. 441
Fone: 215-5441
E-mail: fpevangela@camara.gov.br
www.adelorsvieira.com.br

Palavra do Presidente



"Até aqui nos ajudou o Senhor"
I Samuel 7:12

Caro Leitor,

É com elevada honra que lhe apresento o primeiro exemplar da Revista da Frente Parlamentar Evangélica. Meu desejo é que você conheça o trabalho que os nossos Deputados e Senadores estão realizando no Congresso Nacional e juntos glorifiquemos ao Senhor nosso Deus, pelo privilégio de contarmos nesta legislatura com 58 Deputados Federais e 3 Senadores, totalizando 61 parlamentares evangélicos.

Nosso trabalho tem se fundamentado na união entre os parlamentares, prova disto tem sido o culto devocional que realizamos todas as quartas-feiras na Câmara Federal.

A Frente Parlamentar Evangélica trabalha em defesa da família, da moral e dos bons costumes, estando já consolidada no Congresso Nacional e em instalação nos 27 estados da federação, com os deputados estaduais evangélicos. Para 2005, pretendemos implantar a Frente Parlamentar Evangélica também nos municípios onde houver vereador evangélico. Anualmente faremos realizar a Conferência Nacional dos Parlamentares Evangélicos, sendo que neste ano, Brasília foi escolhida para a realização da 1ª Conferência.

Louvo a Deus por mais esta grande vitória e pelo privilégio de poder vivenciar este importantíssimo momento da participação dos evangélicos, pela cooperação, pelo trabalho desenvolvido em parceria e, sobretudo, pelo convívio amável, respeitoso e fraterno.

Deputado Federal Adelor Vieira
(PMDB/SC)
Presidente da Frente Parlamentar Evangélica

Novembro 2004

Fig. 3

Frente Parlamentar Evangélica define comissões e cria o GAPE

Uma das primeiras medidas da Frente Parlamentar Evangélica foi criar o **GAPE - Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos**. O GAPE foi criado com o objetivo de auxiliar o trabalho da FPE. O Grupo é formado por assessores dos parlamentares, e está dividido em quatro Comitês: Comunicação; Jurídico; Assuntos Políticos; e, Eventos. Atualmente conta com um líder, Sandro Jadir Albuquerque, assessor do depu-

tado Milton Cardias, além de três vice-líderes e três secretários.

Mais tarde, a medida que foram surgindo temas de interesse da Frente, surgiu também a necessidade da criação de Comissões Especiais, compostas por parlamentares evangélicos, para acompanhar importantes projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Desta forma, foram criadas inicialmente quatro Comissões: 1ª - Acom-

panhamento do Projeto de Lei Nº 634/03; 2ª - Acompanhamento do Projeto de Lei que institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo e outros que tratam de matérias relativas a Gays, Lésbicas e Simpatizantes; 3ª - Acompanhamento dos processos de reconhecimento dos Cursos de Teologia; 4ª - Reforma Política.

Desta forma, de acordo com a necessidade foram criadas outras Comissões, sempre com o objetivo de descentralizar o trabalho.

Finalidades, Propostas, Missão e Ações Realizadas pela FPE

Finalidades da FPE

- Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
- Procurar, de modo contínuo, a atualização da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra;
- Promover o intercâmbio com parlamentos e parlamentares evangélicos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação;

Propostas da FPE

- Trabalhar pela erradicação do analfabetismo;
- Priorizar ações na área social;
- Incentivar o segmento religioso a colocar-se à disposição dos governos municipal, estadual e federal quanto a projetos sociais e educacionais;
- Promover ações visando a agregação familiar;

- Elaborar projetos de Lei salvaguardando a moral e os bons costumes;
- Discutir assuntos de interesse nacional;
- Estender a criação da Frente Parlamentar Evangélica nos Estados, no Distrito Federal e Municípios;
- Patrocinar a realização anual da Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos.

Ações Realizadas

- Criação do GAPE - Grupo de Assessoria aos Parlamentares Evangélicos;
- Discussão sobre o Projeto de Reforma Política;
- Debate sobre o Programa Redução de Danos do Ministério da Saúde (distribuição de preservativos e kits para usuários de drogas);
- Apoio à instalação da Frente

Parlamentar Evangélica no Distrito Federal e em outros Estados;

- Audiência com o Ministro das Comunicações sobre concessões de Rádios e TVs;
- Reconhecimento dos Cursos de Teologia no Brasil;
- Apoio ao Programa de Erradicação do Analfabetismo no Brasil;
- Audiências com ministros de Estado;
- Acompanhamento e aprovação do Projeto de Lei 634/03, alterando o novo Código Civil;
- Discussão e deliberação sobre o Projeto de Biossegurança (Clonagem Humana);
- Discussão sobre o Projeto de Lei que restringe a programação religiosa no Rádio e na TV;
- Discussão sobre a Lei do Som - Meio Ambiente;
- Discussão sobre a contribuição previdenciária aos ministros religiosos.

MISSÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família no que diz respeito à moral e os bons costumes.



12/06/2012

Bancada evangélica é “mais ausente, inexpressiva e processada”

Comentando dados divulgados pelo portal Transparência Brasil sobre a bancada evangélica no Congresso Nacional, o jornalista Joel Bento Carvalho criticou a conduta dos parlamentares religiosos, definindo a bancada evangélica como “a mais ausente, inexpressiva e processada”.

Segundo Carvalho, “fica difícil defender a chamada bancada dita Religiosa ou Evangélica”, com a divulgação dos dados, segundo os quais, os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica constam dos mais faltosos e processados do Congresso Nacional.

O jornalista afirma que muitos dos parlamentares parecem usar o cargo público apenas para promoção pessoal: “Pelo que se vê a locupletação é ampla, geral e irrestrita. Parecem ter percebido outro veio fácil de enriquecer além da religião. Aliás, não tem nada de evangélica. Evangelizar é o ato de levar o evangelho às ovelhas”.

Referindo-se às igrejas protestantes tradicionais como exemplo, o jornalista questiona o motivo de igrejas apoiarem candidatos: “Por que essas que são igrejas seculares não entram na política? Por que só alguns padres, alguns militantes da Opus Dei e os pastores das igrejas não alinhadas entram para a política?”, questiona.

Joel Bento Carvalho afirma ainda que não se deve vincular fé com política: “Qualquer um pode se candidatar a cargos eletivos, mas sem usar a religião. Um religioso verdadeiro mantém distância da política: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, citando o Evangelho. “Se não for isso, é falcatura usando a religião ou será Deus um pulha também?” indaga.

Artigo recebido em: 30.04.2015

Artigo aceito em: 29.06.2015

Artigo publicado em: 28.07.2015